



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007648-77.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Liminar**  
 Impetrante: **Ederson de Souza Santos**  
 Impetrado: **DIRETORA TÉCNICA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS/SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**EDERSON DE SOUZA SANTOS** impetra Mandado de Segurança contra ato da Diretora de Trânsito da 26ª Ciretran de São Carlos, alegando que, no dia 23.03.2006, foi lançado no seu prontuário o Auto de Infração nº 5.N.028.168-1 constando a infração prevista no artigo 218, I, do Código de Trânsito Nacional ("Transitar em velocidade até 20% superior à máxima permitida para rodovia/via de trânsito rápido..."), **classificada como grave**, sendo-lhe, por esse motivo, negada a emissão de sua Carteira Nacional de Trânsito definitiva. Diz que apresentou recurso administrativo, que foi indeferido pela autoridade coatora. Assevera que a Lei nº 11.334, de 25 de julho de 2006, por ser mais benéfica, deve ser aplicada retroativamente, pois alterou o artigo 218 do Código de Trânsito Brasileiro, **passando a classificar a mesma infração como de natureza média**, consequentemente reduzindo a pontuação de cinco para quatro pontos. Requer a concessão de liminar para que seja aplicada a nova redação dada ao artigo 218 do CTB, introduzida pela Lei nº 11.334/2006, por força da retroatividade da lei mais benéfica, determinando-se à autoridade apontada como coatora que proceda à emissão de sua Carteira Nacional de Habilitação, em substituição à permissão de dirigir.

Liminar concedida a fls. 23/25.

O ente público interessado, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo-Detran, requereu a sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 55).

A autoridade coatora prestou informações a fls. 35, alegando que as infrações foram cometidas quando da vigência da legislação anterior e que, ainda que assim não se entendesse, o impetrante cometeu duas infrações médias, que também impediriam emissão da CNH.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 56).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Não obstante a defesa administrativa apresentada em relação à qual, segundo informações da autoridade coatora, houve julgamento do recurso à JARI, indeferido em 29/07/14, fato é que, no caso, não se aplica a mesma regra para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que o impetrante, permissionário, cometeu **três** infrações de trânsito durante o período de validade da Permissão para Dirigir e, para que pudesse obter a CNH definitiva, deveria cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

*“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.*

*§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo **não** tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja **reincidente em infração média**.*

*§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.* (negritei)

Trata a hipótese de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação.

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário), como visto, é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

Portanto, não socorre ao impetrante a alegação de que a lei mais benéfica deve retroagir, pois este fato é irrelevante para o caso dos autos, já que ele cometeu DUAS infrações de natureza **média** (fls. 45) durante o período de permissão, sendo que, na inicial, fez referência a apenas uma delas e a apenas um auto de infração, omitindo a existência dos demais, o que levou este Juízo a erro, quando deferiu a liminar, não obstante se tivesse



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

feito a ressalva de que a CNH deveria ser emitida (...) "desde que, evidentemente, estejam preenchidos os demais requisitos exigíveis e inexistentes quaisquer outros óbices à expedição", dando a oportunidade de a autoridade coatora alertar sobre a existência de outra infração.

Para ter sucesso na presente demanda, seria necessário ao impetrante comprovar seu direito líquido e certo à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (art. 148, § 4º, Lei nº 9.503/97), o que não ocorreu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA** e revogar a liminar concedida, arcando o impetrante com as custas processuais, ressalvado o disposto no art. 12 da Lei de Assistência Judiciária. Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Tendo em vista que o impetrante agiu de modo temerário, ao omitir a existência de outra infração média, o que caracteriza litigância de má-fé, o condeno ao pagamento da multa de 1% sobre o valor da causa (art. 18 do CPC).

Oficie-se à autoridade impetrada para ciência desta decisão.

P R I

São Carlos, 28 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**